



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Autarquia Municipal criada pela Lei 647 de 4 de Julho de 1967



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

**I – INFORMAÇÕES GERAIS**

O Instituto de Previdência do Município de Osasco - IPMO, com sede na Avelino Lopes, 70 Centro, Osasco - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 46.621.538/0001-14, criado através da Lei Municipal nº 647 de 04 de julho de 1967, e reestruturado pela Lei Complementar n.º 124 de 19 de julho de 2004 adequando-o definitivamente as condições determinadas na legislação constitucional e infraconstitucional, atua estritamente como Órgão Previdenciário Municipal, concede benefícios de Aposentadoria, Auxílio Doença, Salário Família, Auxílio Reclusão e Pensão por Morte para os Segurados do Regime Próprio de Previdência (RPPS).

Os registros contábeis das operações envolvendo os recursos do RPPS e as Demonstrações Contábeis por ele geradas foram elaborados em observância a Lei nº 4.320/64, a Lei nº 9.717/98, a Lei Complementar nº 101/00, as Portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e Portarias da Secretaria de Previdência Social (SPREV).

**II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas e evidencia as diferenças existentes. O Orçamento de 2018 do IPMO foi aprovado pela Lei 4866 de 27 de dezembro de 2017.

No exercício de 2018 as receitas previstas foram de R\$ 174.154.500,00 e as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual foram de R\$ 169.297.300,00 mais a Reserva de Orçamentaria de R\$ 19.457.200,00 totalizando R\$ 189.154.500,00. A diferença de R\$ 15.000.000,00 refere-se a previsão de transferência financeira a ser efetuada pelo Ente.

A Reserva Orçamentaria do RPPS é proveniente do resultado da Receita Prevista e a Despesa Fixada, que servirá para pagamento exclusivo de Benefícios Previdenciários, caso haja necessidade orçamentária.

Para uma melhor compreensão da diferença entre a previsão da receita e a fixação da despesa demonstramos abaixo um quadro explicativo:

Item	Funprev 1 Financeiro	Funprev 2 Reserva	Funprev 3 Previdenciário	Total
Previsão da Receita	129.379.100,00	12.091.000,00	32.684.400,00	174.154.500,00
Fixação da Despesa	167.624.000,00	0,00	2.073.300,00	169.697.300,00
Reserva do RPPS	19.457.200,00	0,00	0,00	19.457.200,00
Resultado =	(57.702.100,00)	12.091.000,00	30.611.100,00	(15.000.000,00)

Pela demonstração do quadro acima é possível perceber que o impacto do orçamento deficitário se deve ao Funprev 1 (Fundo Financeiro) que, de acordo com a Lei 258/2012, se refere aos servidores admitidos até 31/08/2013. Neste sentido, como não há mais ingressantes de servidores neste Fundo também não há incremento de receitas previdenciárias e, ainda, a medida que os servidores deste Fundo vão se aposentando



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

aumenta a discrepância quanto ao equilíbrio entre as receitas necessárias para cobrir os benefícios previdenciário.

### 1.1 - DA RECEITA

As receitas representam todos os ingressos orçamentários para alocação e cobertura das despesas orçamentárias, sendo classificadas, segundo categoria econômica, em receitas correntes, receitas de capital e as Operações Extraorçamentárias. As receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas ou recebidas no exercício totalizaram R\$ 169.950.319,45.

As Receitas de Contribuições são compostas pelas Contribuições dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas e das Receitas Intraorçamentárias: Cota Patronal dos Servidores Ativos, Auxílio Doença e Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos, conforme se demonstra no quadro a seguir:

Receita de Contribuições	F. Financeiro	F. Previdenciário
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>40.015.918,61</b>	<b>13.175.421,41</b>
Contribuição Servidor Ativo	37.956.492,66	13.175.316,47
Contribuição Servidor Inativo	1.763.304,66	0,00
Contribuição Pensionistas	273.562,56	104,94
Servidor Cedido	22.278,40	0,00
Multa e Juros	280,33	0,00
<b>Contrib. Sociais Intraorçamentárias</b>	<b>78.124.727,63</b>	<b>26.351.033,03</b>
Contr. Patronal Servidor Ativo	74.299.217,37	26.155.929,71
Contr. Patronal Servidores em Aux. Doença	1.572.563,27	195.103,32
Contr. em Regime de Parcelamento de Débitos	2.252.911,00	0,00
Multa e juros	35,99	
<b>TOTAL RECEITAS DE CONTRIB. SOCIAIS</b>	<b>118.140.646,24</b>	<b>39.526.454,44</b>

As alíquotas de contribuição são as definidas na Lei Complementar Municipal nº 124 de 19 de Julho de 2004 e atualizações, sendo e 22% para o Município e 11% para os servidores ativos, inativos e pensionistas.

A Receita Patrimonial é composta pelos ganhos efetivamente recebidos provenientes dos Rendimentos das Aplicações Financeiras;

Receita Patrimonial	<b>9.171.981,36</b>
---------------------	---------------------

As Outras Receitas Correntes são compostas por Multa e Juros de Mora aplicados sobre as Contribuições repassadas em atraso, Compensação Previdenciária (Comprev) e restituições de pagamentos indevidos efetuados a segurados.

Compensação Previdenciária RPPS x RGPS	3.081.987,91
Restituições	28.762,99
Outros	486,51
<b>Total de Outras Receitas Correntes</b>	<b>3.111.237,41</b>



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Autarquia Municipal criada pela Lei 647 de 4 de Julho de 1967



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

A Receita de Capital é proveniente de conversão de bens e direitos em espécie (numerário), recebimento de amortizações de empréstimos concedidos, contratação de empréstimos de longo prazo transferências recebidas para a cobertura de despesas de capital.

Não houve arrecadações da Receita de Capital.

**1.2 - DA DESPESA**

A Lei Federal n.º 4.320/64 classifica a Despesa Orçamentária por categoria econômica, dividida em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes constituem-se em despesas de natureza operacional, realizadas pelas entidades públicas, com vistas a prover a manutenção e o funcionamento de seus órgãos.

Conforme evidenciado no Balanço a despesa empenhada foi de R\$ 179.189.185,71 as despesas liquidadas R\$ 178.937.094,01 e as despesas pagas R\$ 177.907.952,99

As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais são compostas por Benefícios Previdenciários (aposentadorias, pensões, auxílio doença/acidente, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão) e Pessoal e Encargos do IPMO (Gestora do RPPS) conforme demonstrado abaixo:

<b>Despesas c/ Pessoal e Encargos</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>
Aposentadorias	128.993.855,46
Pensões	29.745.365,24
Pessoal e Encargos da Unidade Gestora	6.044.160,32
Auxílio Doença / Acidente	7.961.978,87
Salário Maternidade	1.874.911,24
Salário Família	331.065,57
<b>Total =</b>	<b>174.951.336,70</b>

Outras Despesas Correntes são compostas por despesa para manutenção do IPMO, como Material de Consumo, Serviços Contratados, Auxílios Alimentação e Transporte, Contribuição para o Pasep e a Compensação Previdenciária (COMPREV), conforme abaixo:

<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>
Mat. Consumo e Serviços Administrativos	849.724,81
Auxílios Alimentação e Transporte	524.581,42
Pasep	563.445,71
Comprev	1.838.633,77
<b>Total =</b>	<b>3.776.385,71</b>

As Despesas de Capital constituem-se despesas realizadas pela entidade pública, cujo propósito é criar novos bens de capital ou mesmo adquirir bens de capital para uso. Tais desembolsos representam investimentos feitos



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

pela entidade dentro do exercício. Em 2018 os investimentos (despesas de capital) foram aplicados na aquisição de móveis, equipamentos, veículos, obras e instalações, conforme abaixo:

<b>Despesa de Capital Investimentos</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>
Equipamentos e Material Permanente	165.911,77
Obras e Instalações e Aquisições de Imóveis	64.819,88
<b>Total =</b>	<b>230.731,65</b>

## 2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra o conjunto das receitas orçamentárias e extraorçamentárias efetivamente arrecadadas e as despesas orçamentárias e extraorçamentárias pagas, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS. Representando as entradas e saídas de caixa.

### 2.1 - INGRESSOS

Representa as entradas de recursos proveniente das Contribuições Previdenciárias dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas e a Receita Intraorçamentária composta pela Contribuição Patronal, Parcelamentos em Regime de Débitos Previdenciários e os Aportes Financeiros repassados pelo ente para cobrir déficit financeiro conforme Lei 258/2012 (Segregação de Massas). A receita arrecadada nesse grupo totalizou R\$ 169.950.319,45, conforme detalhamento no Balanço Orçamentário.

Os Recebimentos Extraorçamentários são compostos por Restos a Pagar de exercícios anteriores pagos no exercício de 2018, os depósitos provenientes das arrecadações que não pertencem ao órgão e posteriormente repassadas a terceiros, e outras movimentações extraorçamentárias de acordo com as normas contábeis, como por exemplo, Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e outros recebimentos extraorçamentários.

Representa ainda o Saldo em Espécie do exercício Anterior (2017) incluindo os saldos de Bancos Conta Movimento e os Saldos das Aplicações Financeiras, totalizando R\$ 195.622.834,71.

### 2.2 - DISPÊNDIOS

Representa as saídas de caixa classificadas em gastos de natureza operacional, realizadas para manutenção e funcionamento do órgão (Ordinária) e as Despesas com Benefícios previdenciários (Vinculada)

As despesas com Regime Próprio de Previdência Social totalizaram em R\$ 179.189.185,71, sendo, R\$ 170.765.663,64 com Benefícios Previdenciários e R\$ 8.423.522,07 com despesas com a Taxa de Administração.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

Os pagamentos do grupo de Pagamentos Extraorçamentários são compostos por Restos a Pagar no período, os depósitos provenientes de Restituições efetuadas a terceiros a partir do registro da receita extraorçamentária e outras movimentações como desvalorizações de investimentos e outros pagamentos extraorçamentários.

Representa ainda o saldo em espécie para o exercício seguinte disponível em moeda nacional em conta movimento e aplicações financeiras em 31/12/2018.

### 3 - BALANÇO PATRIMONIAL

Este Balanço foi levantando em obediência às normas legais e, em especial, às estabelecidas na Lei Nº 4.320/64, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Representa os bens, direitos e as obrigações do RPPS assim demonstrado no Ativo e Passivo.

#### 3.1 - ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante representa os valores realizáveis em curto prazo, que estejam disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Em 31/12/2018 o saldo deste grupo foi de R\$ 312.516.554,07

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 13.997,17

Detalhamento dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo no total de R\$ 2.368.673,74:

Termo de Parcelamento Contribuição Previdenciária n.º 00062/2008 de 28/08/2008	2.349.316,56
Restituição de valor pago indevidamente a Servidor	19.118,10
Outros créditos oriundos de Folha de Pagamento	239,08

O RPPS possui Investimentos aplicados em Renda Fixa: Títulos de Responsabilidade do Tesouro, Fundos Referenciados, Créditos Privados, IMA/IDKA, Direitos Creditórios e Renda Variável: Fundos Multimercados e Fundos de Participações e Fundos Imobiliários, bem como ainda os Investimentos com a Taxa de Administração, totalizando R\$ 285.935.925,65

Registrados na conta de Investimentos e Aplicações Temporários à Curto Prazo, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN n.º 3.922/2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos RPPS, detalhado a seguir:

Aplicações em Renda Fixa	251.580.372,12
Aplicações em Renda Variável	27.011.367,67
Aplicações em Fundos Imobiliário	5.506.329,15
Aplicações da Taxa de Administração	1.837.856,71
<b>Total =</b>	<b>285.935.925,65</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

Investimento registrado pela curva do papel

Curva do Papel: Reflete a valorização de um título ao longo do tempo, do instante da compra até seu vencimento. Valor de compra de um título de renda fixa, atualizado pelo acréscimo de sua lucratividade diária, até a data do vencimento do papel. Tal atualização do valor é feita com base na taxa de juros especificada no lançamento do título e não pela taxa de juros vigente no mercado.

De acordo a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência para o exercício de 2018; levando em consideração o cenário econômico e financeiro em que se encontra o nosso país, com a baixa taxa de juros (Taxa Selic 6,50% a.a.), bem como os prováveis resultados positivos dos Títulos Públicos, o Instituto, através do Comitê de Investimentos, decidiu e optou pela migração do investimento BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos XII Fundo de Investimento (cujo vencimento ocorreu em 15/08/2018), para compra de Títulos do Tesouro Nacional (Selic) NTN-F com taxa pré-fixada de 12,00% a.a. com vencimento em 1º/01/2029, com rendimento superior a nossa meta atuarial de IPCA+6% a.a. e marcação na curva.

Características da aplicação:

- Título do Tesouro Nacional (Selic) – NTN-F pré-fixada à taxa de 12,00% a.a., vencimento em 1º/01/2029 e com pagamento de juros semestrais;
- Quantidade: 5.600;
- Preço Unitário de Compra: R\$ 903,120367;
- Valor Total R\$ 5.057.474,05;
- Data da Operação: 21/08/2018.

Em 31/12/2018 o Título encerrou o ano com o saldo de R\$ 5.264.004,22; um ganho no período de mais de 4,08%. A intenção é manter estes títulos até o vencimento.

### 3.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante os valores realizáveis em longo prazo no total de R\$ 24.172.153,42:

Divida Ativa não Tributária	708.608,06
Termo de Parcelamento PMO x IPMO	20.360.743,43
Imobilizado	3.102.801,93

### 3.3 - PASSIVO CIRCULANTE

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais	813.939,54
Fornecedores e Contas a Pagar	470.504,38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31/12/2018.

**Demais obrigações a Curto Prazo:**

Imposto de Renda Retido na Fonte	1.463.101,95
Empréstimos e Financiamentos	875.029,52
Contribuição Previdenciária (RPPS)	202.173,76
Planos de Assistência Médica	168.855,20
Entidades Representativas de Classe	39.331,18
Depósitos não judiciais	30.490,03
Contribuição Previdenciária (RGPS)	13.188,64
Outros Consignados	9.232,39
Refeição/Alimentação	3.203,00
Pensão Alimentícia	1.088,61
Depósitos Judiciais	568,41
<b>Total</b>	<b>2.806.262,69</b>

**4.4 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O Passivo não circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, possui o valor de R\$ 225.348.636,92 e compreende a Provisão Matemática Previdenciária atualizada de acordo com o relatório atuarial dos Fundos Financeiro e Previdenciário (FunPrev 1 e 3).

**Composição de Provisões a Longo Prazo:**

<b>PLANO</b>	<b>Valor R\$</b>
Provisões de Benefícios a Conceder	
FUNPREV 1 (Fundo Financeiro)	198.121.656,61
FUNPREV 3 (Fundo Previdenciário)	27.226.980,31
<b>Total da Provisão Matemática Previdenciária =</b>	<b>225.348.636,92</b>

Com a finalidade de estabelecer um plano de amortização do déficit atuarial e atender as exigências do Ministério da Previdência Social (MPS) foi sancionada a Lei Complementar Municipal nº 258/2012 que criou os Fundos Financeiro (FunPrev 1); de Reserva (FunPrev 2) e Previdenciário (FunPrev 3). Com a referida lei ficaram estabelecidas a Segregação de Massas e regras para amortização do déficit atuarial. Em outras palavras, as insuficiências financeiras do FUNPREV 1 serão cobertas por aportes da Prefeitura.

O Patrimônio líquido do Instituto de Previdência do Município de Osasco apresentou os Resultados Acumulados no valor de R\$ 83.077.210,54, sendo R\$ 38.133.217,69 referente aos resultados acumulados de períodos anteriores e R\$ 44.943.992,85 referente ao exercício de 2018.

Em atendimento ao Parágrafo 2º do Artigo nº 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, houve superavit financeiro no exercício, conforme demonstrado abaixo:

<b>Item</b>	<b>Valor R\$</b>
Ativo Financeiro	285.950.161,90
Passivo Financeiro	4.597.501,29
<b>Superavit Financeiro =</b>	<b>281.352.660,61</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração da Variação Patrimonial apresenta os elementos que alteram o patrimônio durante o exercício sejam resultantes da execução orçamentária, mutações patrimoniais ou independentes a execução orçamentária, identificando uma variação ativa ou passiva.

##### 4.1 - Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas compreendem as Contribuições Previdenciárias e os repasses das transferências financeiras para cobertura de déficit financeiro, bem como as remunerações das aplicações financeiras, esse último deve ser analisado juntamente com o grupo “Valorização e ganhos com Ativos” que representa os ganhos e os deságios das respectivas aplicações financeiras, conforme abaixo:

Receita de Investimentos (Remuneração Apl. Financeira)	9.171.981,36
+ Ganhos/Ágios Financeiros	21.611.490,38
(-) Deságios de Investimentos	9.614.484,23
<b>= Receitas Líquidas de Investimentos (Apl. Financ.)</b>	<b>21.168.987,51</b>

##### 4.2 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Este grupo representa as Variações Patrimoniais Aumentativas não classificadas nos grupos acima totalizando R\$ 5.263.255,91 e refere-se a Ajustes da Avaliação Atuarial; Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS; Atualização Monetária do Acordo de Parcelamento entre o IPMO e a Prefeitura do Município de Osasco; Atualização Monetária da Dívida Ativa; devolução de valor pago indevidamente a segurado; recebimento de juros e multa de mora.

##### 4.3 - Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas compreendem a remuneração de Pessoal, os Encargos, os Benefícios Previdenciários, Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, Variações Financeiras, as Desvalorizações e Perdas de Ativos, Despesas Tributárias e outras variações patrimônio diminutivas. A Desvalorização e Perdas de Ativos, (Aplicações Financeiras) não devem ser analisadas isoladamente, pois está relacionado ao resultado com variações das aplicações financeiras. Ver quadro demonstrativo da Nota das “Variações Financeiras” na VPA – Variação Patrimonial Aumentativa

##### 4.4 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Neste grupo temos a VPD de Constituições de Provisão Matemática Previdenciária referente aos Fundos Financeiro e Previdenciário – (FUNPREV 1 e 3) no montante de R\$ 15.090.398,83

O Resultado Patrimonial do Período foi de R\$ 44.943.992,85, conforme demonstrado a seguir:





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Autarquia Municipal criada pela Lei 647 de 4 de Julho de 1967

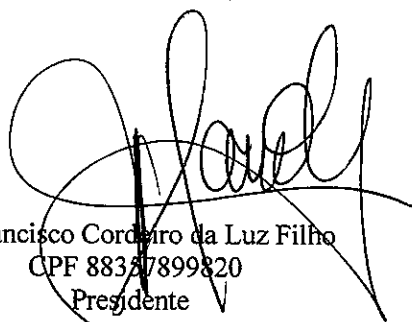


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31/12/2018.

Varição Patrimonial Aumentativa	248.981.001,80
(-) Variación Patrimonial Diminutiva	204.037.008,95
<b>Resultado Patrimonial =</b>	<b>44.943.992,85</b>

Procuramos no presente relatório, retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício, ora encerrado com clareza e objetividade, pondo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se tornem necessária.

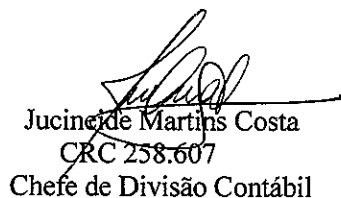
Osasco, 31 de dezembro de 2018.



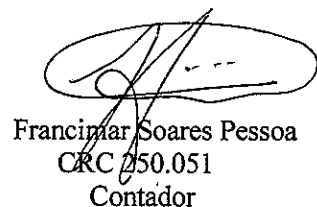
Francisco Corduro da Luz Filho  
CPF 883.7899820  
Presidente



Francisco Pedro da Silva  
CPF 71593950853  
Diretor Financeiro



Jucineide Martins Costa  
CRC 258.607  
Chefe de Divisão Contábil



Francimar Soares Pessoa  
CRC 250.051  
Contador